

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	3
Título: Brasileiro pagará R\$ 17 bi em subsídio na conta de luz em 2019.....	3
Título: Estudo sugeriu uma obra de R\$ 343 mil em área de tragédia.....	3
Título: Eletrobras paga bônus mesmo quando tem prejuízo.....	5
Título: Mourão diz que novo governo pode privatizar BR Distribuidora	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: combustível.....	8
Título: Falta gás no comércio	9
Título: Vendas no varejo têm pior setembro em 18 anos	10
Título: Petróleo despenca, afeta Petrobras e pressiona Bolsa	12
Título: Mourão defende venda da BR Distribuidora	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Efeito	15
Título: Opep contra a parede	15
Título: BR Distribuidora pode ser vendida, diz Mourão.....	17
Título: Petróleo tem queda de 6,63% e derruba ações da Petrobrás.....	18
Título: Bancos sondam mercado para vender ações da Light.....	19
VEÍCULO: Correio Braziliense	20
Título: MP do saneamento caduca semana que vem	20
Título: Prejuízo na Eletrobras	21
Título: Petróleo cai e derruba Bolsa	22
Título: Aplicativo para decifrar conta de luz	23
Título: MP viabiliza privatização.....	24

VEÍCULO: Valor Econômico.....	25
Título: Lista 'apresenta' mulheres da área de energia ao MME	25
Título: Bolsonaro diminui 'superministério' para infraestrutura	26
Título: Mourão aponta BR Distribuidora como candidata à privatização.....	27
Título: AIE prevê forte alta na oferta de petróleo e gás dos EUA	29
Título: Ferreira quer ficar na Eletrobras para fazer privatização	31
Título: MP viabiliza operação da Amazonas Distribuidora caso venda fracasse	33
Título: BNDES libera R\$ 5,2 bi para obras do linhão da usina de Belo Monte	35
Título: QGEP conta com Atlanta para compensar queda em Manati	35
Título: CPFL vê com otimismo nomes anunciados para novo governo	36
Título: Aneel dá aval a edital de leilão de transmissão	38
Título: Braskem vai fechar este ano investindo abaixo do previsto	39
Título: Curtas	41
Título: Tombo do petróleo pressiona NY	41
Título: Correlação entre preços do óleo e das ações varia	43
Título: Petrobras arrasta Ibovespa de volta aos 84 mil pontos	45

VEÍCULO: O Globo**Data: 14/11/2018****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Brasileiro pagará R\$ 17 bi em subsídio na conta de luz em 2019**

BRASÍLIA- Os consumidores de energia devem pagar mais de R\$ 17 bilhões em subsídios nas contas de luz em 2019, segundo números apresentados ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O dinheiro será usado para bancar ações e programas sociais do governo no setor elétrico e é um dos principais fatores que afetam as tarifas.

Os valores ainda podem mudar até o início do ano, porque o orçamento dos subsídios do setor elétrico passará por consulta pública. O número de 2019 é cerca de R\$ 900 milhões menor do que o registrado neste ano. Mesmo assim, irá afetar as contas de luz.

Para os consumidores das regiões Sudeste e Centro-Oeste, o montante significa alta de 1,99% nas tarifas. No Norte e Nordeste, a alta será de 1,1%. A definição da tarifa que chega para o consumidor, no entanto, leva em conta outros fatores, como preço de energia, volume das chuvas e impostos estaduais.

Os números fazem parte do orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), paga por todos os consumidores na conta de luz.

Os recursos são usados como subsídio à tarifa para famílias de baixa renda, compra de combustível para gerar energia em regiões isoladas e no programa Luz Para Todos.

VEÍCULO: O Globo**Data: 14/11/2018****Seção: Rio****Autor: Gustavo Goulart E Rafael Galdo****Título: Estudo sugeriu uma obra de R\$ 343 mil em área de tragédia**

Empresa contratada pela prefeitura fez duas vistorias no Morro da Boa Esperança e apontou risco de desastre

Uma obra de R\$ 343,6 mil, que levaria três meses para ficar pronta, poderia impedir ou, no mínimo, atenuar a tragédia do Morro da Boa Esperança, em

Piratininga, Niterói. O dinheiro deveria ser gasto no "grampeamento" do solo na área onde o deslizamento de uma rocha provocou a morte de 15 pessoas, na madrugada do último sábado. O trabalho foi recomendado em um estudo da empresa Thalweg Consultoria e Projetos Geológicos, contratada pela prefeitura dois anos atrás.

Parte do relatório, ainda em fase de validação, foi divulgada ontem pela administração do município, e é mais uma evidência de que riscos acabaram sendo negligenciados. O estudo, com fotos da região e um croqui da obra sugerida, classifica o trecho onde ocorreu o desastre como de risco médio. Pelo menos duas inspeções foram realizadas na comunidade, em 22 de março de 2017 e em 15 de março deste ano. As vistorias apontaram perigo de deslocamentos do solo.

A intervenção proposta para o Boa Esperança costuma ser adotada na construção de estradas e túneis. Basicamente, consiste numa proteção de concreto instalada junto a encostas, com chumbadores ou grampos enterrados no solo. No entanto, segundo a prefeitura, foram priorizadas, nos últimos anos, obras em áreas consideradas de maior perigo.

ALERTA DE MORADORA

Um outro estudo, do Serviço Geológico do Brasil (CPRM, subordinado ao **Ministério de Minas e Energia**), mapeou áreas passíveis de deslizamentos e inundações em cerca de 400 municípios, inclusive Niterói. O órgão também identificou uma situação de perigo no Morro da Boa Esperança. Pelo levantamento, a comunidade tem trechos de baixo e médio riscos. O topo de uma comunidade vizinha foi considerado um lugar de alta probabilidade de desastres.

Também não faltaram avisos de moradores. Raquel Caetano chegou a trocar mensagens de WhatsApp com o prefeito Rodrigo Neves para pedir ajuda. Ela é tia dos irmãos Nicole, de 10 meses, e Arthur, de 3 anos, que morreram na tragédia. Desolada, ela mostrou ontem trechos da conversa pelo aplicativo, registrada em 21 de setembro de 2016. —Agora, vou mandar uma mensagem para avisar a ele (Rodrigo Neves) que meus sobrinhos estão mortos—disse Raquel, antes de cair em prantos e desmaiar.

Em uma das mensagens armazenadas no telefone da moradora do morro, o prefeito escreveu: "Raquel, solicitei que a equipe da Defesa Civil retorne ao local. Por conta de problemas como esse, estamos realizando um grande mapeamento em toda a cidade, para realizarmos obras de contenção de encostas em pontos que necessitam. O local em questão faz parte desse

mapeamento. Qualquer dúvida ou problema, pode me chamar aqui novamente. Um abraço".

A conversa é encerrada com palavras dela: "Muito obrigada, meu prefeito! Vou chegar em casa com boa notícia para todos." Outra prova de que havia evidências do risco foi apresentada pela doméstica Marcela Soares dos Santos e por seu marido, o ajudante de pedreiro Johny Silva Nascimento. Eles mostraram um documento da Defesa Civil do município, que interditou oito casas, inclusive a do casal, no ano passado. Na ocasião, técnicos do órgão sugeriram obras no local:

"Recomenda-se que sejam adotadas medidas com finalidade de contenção, estabilização de encostas e que estas sejam acompanhadas de sistemas de drenagem das águas superficiais e também subsuperficiais do talude, levando-se em consideração as características geológicas e geomorfológicas da área". Marcela e Johny continuaram morando, com dois filhos, no imóvel, destruído no último sábado.

Em nota, a prefeitura informou que a casa havia sido interditada por motivos não relacionados à ruptura do maciço. Também por meio de nota, a prefeitura, ao ser questionada sobre os estudos citados nesta reportagem, voltou a dizer que o Departamento de Recursos Minerais do estado classificou o desastre como um "processo de difícil previsibilidade". Além disso, lembrou que priorizou obras em áreas apontadas como de alto risco.

Ontem, a Câmara Municipal aprovou o pagamento de R\$ 1.022 mensais, por um período de um ano, às 22 famílias atingidas pelo desastre. O benefício custará aos cofres públicos R\$ 264.528, cerca de 75% do valor da obra sugerida no Morro da Boa Esperança.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/11/2018

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Eletrobras paga bônus mesmo quando tem prejuízo

Estatual, que registrou perdas de R\$ 1,6 bi no terceiro trimestre, beneficia empregados com até dois salários como participação nos lucros. Direção da empresa tenta reduzir gastos com programa de demissão voluntária

A eletrobras voltou a registrar um prejuízo bilionário, de R\$ 1,6 bilhão no terceiro trimestre, após ensaiar uma recuperação este ano. Mesmo se a estatal

fechasse o ano no vermelho, seus funcionários não sentiriam no bolso o mau resultado. Eles recebem, a título de participação nos lucros (PLR), até dois salários extras por ano, ainda que a empresa tenha perdas.

O prêmio, alvo de questionamento da Controladoria-Geral da União (CGU), é um dos benefícios que fazem a folha de pagamentos pesar nas contas de uma empresa em dificuldades financeiras, cujo plano de privatização o atual governo não conseguiu tirar do papel. Sem apoio político, o projeto de lei está parado na Câmara desde maio.

O resultado trimestral divulgado ontem foi o primeiro negativo desde o período entre outubro e dezembro de 2017. No ano, a empresa acumula um lucro líquido de R\$ 1,27 bilhão, mas o patamar é inferior ao registrado nos primeiros nove meses do ano passado: R\$ 2,27 bilhões.

Além da privatização de seis distribuidoras de energia deficitárias do Norte e Nordeste, que responderam por quase R\$ 1 bilhão das perdas do trimestre (quatro já foram vendidas), o gasto com pessoal tem sido uma das frentes escolhidas pelo presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior, para reequilibrar as contas.

Segundo a companhia, considerando a venda de distribuidoras e os desligamentos de um programa de demissão voluntária, a estatal já conseguiu reduzir em 32% essa despesa, uma economia de cerca de R\$ 1,95 bilhão. Atualmente a empresa ainda gasta R\$ 4 bilhões por ano com 872 empregados na controladora e 17,6 mil nas subsidiárias. Parte desse gasto vem de benefícios que muitos trabalhadores não encontram na iniciativa privada.

Um deles é o pagamento de PLR de até dois salários mesmo nos anos em que a companhia tem prejuízo. Em julho, a CGU questionou o pagamento de R\$ 75 milhões em PLR aos empregados em 2013 e 2014, quando a estatal teve perdas de R\$ 6,2 bilhões e R\$ 3 bilhões, respectivamente.

Dados obtidos pelo GLOBO mostram que funcionários da estatal, que cumprem jornada diária de 7,5 horas, têm aumento anual de 1% no salário por mérito e cumprimento de metas. Quem não consegue por dois anos seguidos ganha um reajuste de 1,5% ao fim desse período.

Gerentes têm 10% da gratificação pelo cargo incorporados permanentemente ao salário por ano. Cerca de 56% dos funcionários recebem adicional por periculosidade (acréscimo de 30% no salário). O adicional de férias, que na iniciativa privada costuma ser de um terço do salário, é de 75% na eletrobras.

Especialistas em governança corporativa afirmam que não faz sentido dissociar benefícios e desempenho.

— A forma como a eletrobras trata sua política de benefícios está completamente fora da realidade da empresa. Não faz sentido o controlador investir numa estrutura ineficiente — diz Luiz Marcatti, da Mesa Corporate Governance.

Para o consultor Marcos Assi, mesmo que os benefícios estejam previstos em convenções, cabe à direção da eletrobras impor limites: — Participação nos lucros só faz sentido quando há, de fato, lucro e contrapartida em performance.

A eletrobras informou que tem, desde 2010, um Plano de Carreira e Remuneração (PCR) que estabelece diretrizes de remuneração e desempenho "com base em competências e foco em resultados"..

A estatal explicou que a PLR não está vinculada apenas ao lucro, mas também a resultados operacionais. Segundo a empresa, a incorporação de gratificação ao salário dos gerentes depende da complexidade do cargo e do tempo de permanência nele e que só recebem periculosidade empregados que ingressam em áreas de risco. Sobre a aplicação de mérito, a estatal diz seguir orientação da União, limitando-a a 1% da folha. A gratificação de férias de 75% foi acertada em acordo coletivo.

O diretor da Associação dos Empregados da eletrobras (AEEL), Eduardo Luiz Almeida, diz que não há privilégios, mas benefícios conquistados nas campanhas salariais ao longo dos anos. Ele lembra que o pagamento de PLR nos anos em que a empresa teve prejuízo coincidiu com distribuição de dividendos aos acionistas. Admite que a empresa necessita de correções, mas discorda da atual gestão:

— Quem tem privilégios é o presidente da eletrobras. Nós temos benefícios que constam do edital de contratação, que lutamos para manter.

(Colaborou Rennan Setti)

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/11/2018

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Mourão diz que novo governo pode privatizar BR Distribuidora

Afirmção foi feita em videoconferência com investidores. Petrobras abriu capital de sua subsidiária no ano passado

RIO E NOVA YORK- O presidente eleito, Jair Bolsonaro, quer privatizar a BR Distribuidora, unidade de distribuição controlada pela Petrobras, disse o

vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão, em videoconferência com investidores e executivos em Nova York ontem.

No segundo semestre do ano passado, a Petrobras, então sob a presidência de Pedro Parente, colocou a BR Distribuidora no plano de desinvestimento da companhia.

Após meses de estudo, a estatal decidiu fazer um oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês). A operação, realizada em dezembro do ano passado, foi a maior desde 2013, levantando R\$ 5 bilhões com a venda de parte dos papéis.

Com a operação, a Petrobras se desfez de 28,75% das ações da subsidiária, que passaram a ser negociadas no Novo Mercado, principal segmento da Bolsa de Valores de São Paulo (aB3). O negócio fez parte do plano de desinvestimentos de US\$ 21 bilhões para o biênio 2017-2018.

(Com Reuters)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: combustível...

Mercado Aberto

O preço da gasolina nas refinarias brasileiras caiu 26,2% nos últimos dois meses, desde que atingiu R\$ 2,2514 em 14 de setembro até o valor que passará a vigiar nesta quarta-feira (14): R\$ 1,6616.

...em queda A Petrobras passou a divulgar os preços médios mensais de gasolina por cada um dos 35 pontos de fornecimento das refinarias. As variações por local estão relacionadas aos custos de logística para cada área.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 14/11/2018**Seção:** Colunas**Autor:** Vinícius Torres Freire**Título:** Falta gás no comércio

Resultados das vendas do varejo em setembro foram surpreendentemente ruins

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O movimento no comércio está fraco. Enquanto a gente está distraída a discutir planos de inauguração ou mesmo refundação do governo, as vendas no varejo vão mal das pernas pelo menos desde o atropelamento do caminhonãoço.

O resultado das vendas de varejo de setembro foi surpreendentemente ruim no país, mostram os dados do IBGE, espantando de economistas ao pessoal da Associação Comercial de São Paulo.

Pode ser passageiro, pois os indicadores do comércio andam voláteis, faz uns dois anos. Pode ser que tenha passado o efeito da liberação do dinheiro das contas do PIS-Pasep. Talvez cada vez mais gente espere as promoções de Black Friday ou, ainda, tenha se sentido receosa com as incertezas da eleição. Não raro, os ânimos e a confiança do consumidor melhoram depois de eleições.

Mas os fatos óbvios são: 1) a média dos salários passou a aumentar ainda mais devagar neste ano; 2) O crescimento anual (em 12 meses) das vendas do varejo dito restrito diminui praticamente desde março (nessa conta, estão excluídos o comércio de veículos e material de construção).

Claro que o paradoxo caminhoneiro prejudicou esses números. No entanto, quando se comparam as vendas dos meses posteriores ao caminhonãoço com as do ano passado, nota-se que setores como móveis e eletrodomésticos vão mal; que tecidos, vestuário e calçados não se recuperaram do tombo de meados de ano.

A venda de combustíveis está em recessão profunda faz uns quatro anos, em parte prejudicada pela alta de preços.

As vendas de veículos, que dependem de crédito, no entanto, vão muito bem, os melhores resultados, de longe. As vendas no varejo dito restrito ainda

crecem a 2,8% ao ano, mas até março avançavam no ritmo de 3,8%. As vendas em hiper e supermercados aumentaram 4,9% nos últimos 12 meses, ainda bem. No caso de veículos, motos e peças, alta forte, de 14,2%.

Parte da ladeira dos indicadores do comércio se deve ao colapso da venda de combustíveis. Estão caros, mas pode ser ainda que as pessoas, com menos dinheiro, saiam menos de casa, que empresas façam menos entregas ou tenham inventado meios de poupar gás.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo, o volume de vendas de gasolina comum, diesel e de gás liquefeito de petróleo para indústria e comércio está no nível mínimo dos últimos cinco anos. Mesmo o grande aumento das vendas de etanol hidratado, substituto mais barato da gasolina, não compensou outras perdas. combustíveis tem peso grande no varejo, mais 12%.

As vendas do varejo restrito, o que não inclui veículos e material de construção, ainda têm cara de estagnação. Em setembro, avançavam em ritmo anual inferior ao de setembro de 2014, quando a economia já entrava em recessão, no último ano de Dilma.

Sim, a situação melhorou pelo menos em relação a setembro de 2017, quando as vendas ainda encolhiam (sempre quando contadas em 12 meses). O problema é que parece ter acabado o gás, que as vendas perdem ritmo, que se animam por impulsos passageiros, tais como o da liberação do dinheiro das contas inativas do FGTS ou daquele parado no PIS-Pasep.

O rendimento médio do trabalho no trimestre julho-setembro cresceu apenas 0,6% em relação ao trimestre equivalente do ano passado. O total da renda do trabalho no país cresce a 2,2% ao ano (na mesma época de 2017, crescia a 3,5%)-

Quanta paciência teria o povo para um outro ano de quase estagnação?

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/11/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Vendas no varejo têm pior setembro em 18 anos

São Paulo- As vendas no varejo do Brasil recuaram mais do que o esperado e registraram o pior desempenho para setembro em 18 anos.

O resultado se deve às perdas em supermercados e combustíveis e indica incertezas para os últimos meses de 2018 após encerrarem o terceiro trimestre com estagnação.

Em setembro, as vendas no varejo caíram 1,3% em relação a agosto, informou o IBGE nesta terça-feira (13).

Este foi o pior resultado para o mês na série histórica iniciada em 2000 e bem pior do que a expectativa em pesquisa da Reuters de queda de 0,2%.

Em relação ao mesmo mês de 2017, as vendas apresentaram ganho de 0,1%, também bem abaixo da projeção na pesquisa de alta de 1,6%.

Ao encerrarem o terceiro trimestre com estabilidade sobre os três meses anteriores, as vendas do varejo mostram enfraquecimento ao longo do ano, após alta de 0,8% no segundo trimestre e de 1% nos primeiros três meses do ano.

Em setembro, seis das oito categorias pesquisadas mostraram quedas nas vendas — a comercialização de combustíveis e lubrificantes caiu 2% no mês na comparação com

agosto e registrou também o pior resultado para setembro na série histórica.

Com forte peso no bolso dos consumidores, o setor de hiper e supermercados viu suas vendas contraírem 1,2% em setembro, o pior resultado para o mês desde 2002.

O movimento, de acordo com o IBGE, se deu por causa do aumento dos preços — em setembro, a inflação de alimentos e bebidas foi de 0,10%, após uma queda nos preços de 0,34% em agosto.

Já os preços dos combustíveis subiram em setembro 4,18%, após queda de 1,86% no período anterior.

"A inflação de combustíveis e hipermercados teve efeito negativo sobre as vendas. A alta dos combustíveis tem a ver com elevações promovidas pela Petrobras e, no caso dos alimentos, houve alta na alimentação domiciliar", explicou a gerente da pesquisa do IBGE, Isabella Nunes.

As vendas no varejo ampliado, que inclui veículos e material de construção, tiveram recuo de 1,5% no período.

A atividade econômica brasileira vem apresentando um ritmo fraco, associado às incertezas políticas.

Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona e Anais Fernandes

Título: Petróleo despencou, afeta Petrobras e pressiona Bolsa

Preocupação com sobre oferta é alerta para estados que dependem de royalties

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO- O preço do petróleo despencou nesta terça - feira (13) em um movimento que acende sinal de alerta para estados e municípios dependentes da receita petrolífera.

O cenário tem impacto positivo, porém, nos preços dos combustíveis.

O petróleo do tipo Brent, negociado em Londres, caiu 6,6%, para US\$ 65,47 (R\$ 251) por barril, diante de redução na projeção sobre o consumo em 2019.

O Brent já recuou 25% desde que tocou sua máxima em quatro anos (US\$85,8) no início de outubro. Agora, registra o menor valor desde março.

"Não há dúvidas de que a produção precisa de cortes, já que o mercado está com excesso de oferta", diz Carsten Eritsch, analista do Commerzbank.

A Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) reduziu em 70 mil barris por dia a projeção de crescimento do consumo em 2019, para 29 milhão de barris diários.

O petróleo WTI, negociado em Nova York, terminou a sessão a US\$55,69 (R\$213), queda de 7,1%, a maior em um dia desde setembro de 2015. A cotação desta quinta é a menor desde novembro de 2017.

Na segunda-feira (12), o ministro de Energia saudita, Khalid al-Falih, disse que a Opep e aliados concordam com a necessidade de cortar o fornecimento de petróleo no próximo ano em 1 milhão de barris por dia.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, foi às redes sociais reclamar.

"Esperamos que a Arábia Saudita e a Opep não cortem a produção de petróleo. Os preços do petróleo devem ser muito mais baixos com base na oferta!", escreveu.

A queda nos preços internacionais ocorre após um período de escalada que levou o petróleo a superar os US\$ 80 (R\$ 306) e animou investidores e governos dependentes.

A evolução dos preços do petróleo tem impacto direto na receita do Rio de Janeiro, por exemplo. Maior produtor do país, o estado contou com os altos valores para conseguir fechar as contas em meio ao regime de recuperação fiscal.

A cotação do Brent desta terça, porém, já é menor que a projeção feita pelo governo Luiz Fernando Pezão (MDB) na proposta orçamentária de 2019, que prevê déficit de R\$ 8 bilhões nas contas do estado.

O texto enviado à Alerj (Assembleia Legislativa do Rio) estima o Brent a US\$ 67 por barril, cotação considerada conservadora no fim de setembro, quando a proposta orçamentária foi apresentada.

Se mantida a projeção, o estado arrecadará R\$ 14,7 bilhões com royalties e participações especiais cobradas sobre campos de grande produtividade. Neste ano, até agosto, foram R\$ 8,6 bilhões.

A derrubada nos preços do petróleo afeta também a Petrobras, que viu suas ações caírem mais de 4% nesta terça.

O desempenho ruim ajudou a empurrar para baixo a Bolsa brasileira. O Ibovespa, índice das ações mais negociadas, recuou 0,71%, a 84.914,11 pontos.

"O Brasil acaba sendo um país sensível a essas oscilações. Vemos um efeito de fluxo de venda [de ações] de empresas relacionadas à energia", diz Luis Gustavo Pereira, estrategista da Guide.

Aliada a uma valorização do real frente ao dólar desde outubro, porém, a queda do preço do petróleo ajuda a reduzir a pressão sobre os valores dos combustíveis, cuja alta no primeiro semestre motivou a paralisação de caminhoneiros no fim de maio.

Desde o pico de R\$ 2,26 atingido em meados de setembro (corrigido pela inflação), o preço da gasolina nas refinarias da Petrobras já caiu 37,6%. Nesta quarta-feira (14), o combustível será vendido pela estatal a R\$ 1,66 por litro.

O preço do diesel, tabelado desde o início da subvenção federal de maio, foi reduzido pela ANP (agência nacional do petróleo) em 10% no dia 30, quando foi iniciado novo período do programa.

Desde então, o preço de referência usado pela agência para calcular o subsídio se mantém abaixo do projetado no início do mês. Nesta quarta, será de apenas R\$ 0,14 por litro.

Com agências

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/11/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Mourão defende venda da BR Distribuidora

Vice-eleito diz que Bolsonaro quer privatizar unidade da Petrobras e que acordo com a Boeing será bom para a Embraer

Nova York- O vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão, defendeu, em videoconferência para executivos e empresários nesta terça (13), a venda da BR Distribuidora e o acordo Boeing-Embraer

Segundo Mourão, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, quer privatizar a BR Distribuidora, unidade de distribuição controlada pela Petrobras.

As ações da BR Distribuidora fecharam em alta de 5,5% na Bolsa de São Paulo em reação aos comentários de Mourão.

No fim de 2017, a companhia estreou na Bolsa como a terceira maior de capital aberto do país em receita.

A oferta de ações foi registrada na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) com o preço de R\$ 15 por papel, o piso da banda de preços estimada pela Petrobras.

Mourão também disse que uma proposta de acordo sob a qual a Boeing adquiriria o

controle das operações de jatos comerciais da Embraer é muito boa para a brasileira.

Em julho, a Boeing acertou a compra de 80% da divisão de jatos comerciais da Embraer por US\$ 3,8 bilhões (R\$ 14,9 bilhões). Um memorando de entendimentos foi assinado, mas a conclusão do negócio está prevista apenas para o segundo semestre de 2019.

O atual governo já expressou sua simpatia pelo negócio. Ainda será necessário obter o aval dos órgãos de defesa da concorrência em vários países do mundo.

Reuters

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Efeito

Direto da Fonte

Mourão impressionou bem e sua afirmação de que Bolsonaro pode privatizar a BR Distribuidora fez as ações subirem mais de 5% na B3.

Aprovado

Ivan Monteiro deve ficar na presidência da petrobrás.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Fábio Alves

Título: Opep contra a parede

A reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), marcada para os dias 6 e 7 de dezembro, está atraindo grande atenção dos investidores globais em meio a uma surpreendente queda de quase 25% no preço do barril desde o início de outubro apesar de os Estados Unidos terem anunciado sanções ao petróleo do Irã, retirando do mercado a oferta do terceiro maior produtor do cartel.

É que desde junho deste ano países com importante capacidade ociosa, como Arábia Saudita e Rússia, passaram a aumentar os níveis de produção, recuperando a redução acordada pela Opep em 2017, quando o mercado enfrentava então um excesso de oferta. Em relatório divulgado na terça-feira, a Opep informou que sua produção teve aumento de 127 mil barris por dia (bpd) em outubro para um total de 32,9 milhões.

Além disso, apesar das sanções anunciadas contra o Irã, o presidente Donald Trump abriu isenções temporárias a alguns compradores do petróleo iraniano. Contribuiu também para exacerbar o excesso de oferta atual uma produção maior de petróleo pelos Estados Unidos, os quais, ainda por cima, reportaram um corte na capacidade de processamento de parte de suas refinarias.

Sem falar na desaceleração da atividade econômica na zona do euro e na China no terceiro trimestre. Resultado: com o aumento da oferta e redução da demanda, o preço do barril do petróleo Brent, que havia atingido US\$ 86,29 em 3 de outubro, fechou ontem em queda de 6,63%, para US\$ 65,47.

No fim da semana passada, autoridades da Opep+ (membros do cartel e de grandes produtores fora dele, como a Rússia) deram indicações de que vão chegar a um acordo para reduzir novamente a produção de petróleo em 2019.

Mas ainda há dúvidas dos investidores: de quanto será o corte de produção e por quanto tempo? De um lado, a Arábia Saudita disse que vai exportar 500 mil de bpd a menos já em dezembro e que o corte de produção em 2019 pelo Opep deveria ser de 1 milhão de bpd com base nos níveis de outubro.

De outro, o ministro de energia da Rússia, Alexander Novak, disse que os produtores não podiam tomar uma decisão tão apressada e que era preciso esperar para ver o impacto na economia mundial da guerra comercial entre EUA e China, além do efeito integral quando as sanções contra o Irã estiverem em total vigência.

Mas o próprio Novak estimou um excesso de oferta de petróleo entre 1 milhão e 1,4 milhão de bpd no primeiro semestre de 2019, o que leva a crer que, teoricamente, os russos estariam dispostos a contribuir com um acordo para o corte da produção no ano que vem em relação aos níveis registrados em outubro, quando os russos produziram 11,6 milhões de bpd.

Quem não está gostando da ideia de um acordo é o presidente Trump, que nesta semana usou o Twitter para pressionar a Arábia Saudita e o restante da Opep a não cortarem a produção e manterem os preços baixos. Muitos analistas internacionais dizem que qualquer acordo para redução da produção abaixo de 1 milhão de bpd em 2019 levará a mais uma rodada de queda no preço do barril de petróleo.

Se os membros da Opep+ surpreenderem e cortarem 1,4 milhão de bpd – justamente o topo da estimativa do excesso de oferta feita pelo ministro russo –, o preço do petróleo deve subir fortemente de imediato. Ainda, será um choque se nenhum acordo para corte de produção for anunciado na reunião do cartel no início do mês que vem.

Daí, o preço do barril desabaria. Sem uma visibilidade clara sobre o que vai acontecer com a economia mundial em 2019, em razão de um possível agravamento da guerra comercial, fica difícil imaginar os países da Opep+ fecharem um acordo com uma duração além de seis meses. O mais provável é concordarem com uma redução da produção e reverem essa posição ao fim do primeiro semestre de 2019.

Por enquanto, é unânime entre analistas a visão de que dificilmente o preço do barril do petróleo Brent permaneça no patamar atual, abaixo ou ao redor de US\$ 70, em 2019. Juntamente com a entrada em vigor de uma sanção integral às compras do petróleo do Irã, a Opep+ deve reduzir sua produção, pelo menos para os primeiros seis meses do ano que vem.

Mas a questão em aberto é se essa recuperação do preço será abrupta ou mais branda, a depender do fôlego da economia mundial e das tensões geopolíticas.

É COLUNISTA DO BROADCAST

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/11/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: BR Distribuidora pode ser vendida, diz Mourão

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, quer privatizar a BR Distribuidora, unidade de distribuição de combustíveis controlada pela Petrobrás, disse ontem o vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão, em conferência com investidores em Nova York. O comentário teve efeito positivo nas ações da empresa, que fecharam em alta de mais de 5%.

Para Glauco Legat, analista da Spinelli Corretora, os papéis reagiram bem porque isso mostra que Bolsonaro é “flexível em suas opiniões”. “É importante aguardar os próximos passos. Logo após a vitória nas eleições, Bolsonaro deu um balde de água fria no mercado falando sobre a privatização da Caixa, Banco do Brasil e a geração da Eletrobrás (o presidente eleito disse que não privatizaria essas empresas).

Vamos ver se ele mesmo confirma a informação dada hoje (ontem) por Mourão. Se isso acontecer, será positivo e o mercado dará mais crédito para o seu programa de privatização.” A petroleira estatal abriu o capital da sua unidade de distribuição em dezembro do ano passado, e ainda detém 71% das ações.

A BR Distribuidora tinha valor de mercado de R\$ 25 bilhões no fechamento de segunda-feira. Falando por meio de videoconferência para uma plateia de investidores e executivos, Mourão também disse que uma proposta de acordo sob a qual a Boeing adquiriria o controle das operações de jatos comerciais da Embraer é “muito boa” para o grupo brasileiro.

Essa fala também movimentou os papéis da Embraer. As ações subiram 2,5% assim que ele comentou que Bolsonaro acha bom o acordo com a Boeing. Os papéis, no entanto, acabaram recuando e fechando com alta de 0,10%, a R\$ 20,40.

AGÊNCIA ESTADO E REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/11/2018

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO Victor Rezende / SÃO PAULO

Título: Petróleo tem queda de 6,63% e derruba ações da Petrobrás

Retração no preço da commodity no exterior deve reduzir também preços do gás de cozinha, energia e gasolina

O preço do petróleo despencou no mercado internacional e levou com ele as ações da Petrobrás, ontem. Na Bolsa de Nova York, o petróleo do tipo WTI registrou a 12.^a queda consecutiva, o que indica uma reversão no cenário de retomada dos preços que marcou o ano.

No Brasil, a retração do petróleo tem efeito direto no caixa da petroleira estatal, mas pode levar alívio ao consumidor, que acaba pagando menos por toda fonte de energia, o que inclui eletricidade, gás de cozinha e gasolina. Na Bolsa de Londres, o barril do petróleo tipo Brent fechou em queda de 6,63%, cotado a US\$ 65,47.

Em Nova York, o contrato para dezembro caiu 7,07%, com o barril a US\$ 55,69, o menor nível desde 14 de novembro de 2017. Na B3, em São Paulo, as ações ordinárias da Petrobrás tiveram queda de 4,61%, e de 4,30%, as preferenciais. Segundo Edmar Almeida, professor do GEE/UFRJ, o que está derrubando a commodity nos últimos dias é a sinalização do Fed, o Banco Central dos EUA, de que vai frear a demanda para evitar um crescimento acentuado da inflação.

Na outra ponta, da oferta, o mercado percebeu que a sanção do presidente americano, Donald Trump, ao Irã não surtiu o efeito esperado e o país

continuou a contribuir com um volume relevante de petróleo no mercado internacional.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati Cynthia Decloedt Fernanda Guimarães

Título: Bancos sondam mercado para vender ações da Light

Coluna do Broadcast

Bancos de investimento começaram a sondar o mercado para a colocação de um block trade (venda em bloco de ações em leilão na Bolsa) de papéis da Light detidos pela estatal mineira Cemig. A venda seria da ordem de R\$ 80 milhões. A Cemig tem até o final deste mês para vender uma fatia de sua participação na empresa fluminense, dado que esse é o prazo para ser liquidada uma opção de venda (a chamada put) exercida por bancos contra a estatal e que resultará na ampliação da participação da elétrica mineira na Light. A Cemig possui cerca de 49% do capital social da empresa fluminense e o aumento desse percentual pode gerar antecipação do vencimento de dívidas da Light.

» Pulga atrás da orelha.

O bloco a ser vendido é pequeno e não deve encontrar dificuldade de colocação. Investidores comentam, porém, que a empresa terá que explicar porque não resolveu a questão com uma emissão de ações, que chegou a ser anunciada. Também terá que atualizar o mercado sobre o interesse da GP Investimentos, que chegou a assinar memorando de entendimento para liderar tal oferta. Dado o prazo curto, uma operação não poderia ser colocada na rua antes do final do mês. Ontem, em teleconferência, a superintendente de Relações com Investidores da Light, Fernanda Crespo, disse que a companhia segue engajada em seu follow on (oferta subsequente). A Cemig não comentou por estar em período de silêncio.

» Holofote.

De olho na expectativa de retomada dos investimentos de infraestrutura no Brasil com a troca de governo, o escritório Marchini Botelho Casalta Advogados trouxe o ex-gerente geral de meio ambiente da CSN, Pedro Lehmann Baracui, para dar musculatura à área de projetos, contencioso administrativo e judicial ambiental.

COM LUCIANA COLLET

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 14/11/2018****Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: MP do saneamento caduca semana que vem**

A estratégia do governo de tentar aprovar, esta semana, a polêmica Medida Provisória 844/2018, que modifica o marco legal do saneamento para facilitar a prestação do serviço por empresas privadas não venceu a queda de braço com entidades ambientais, governadores e a oposição. O Executivo tem pressa porque a MP caduca em 19 de novembro, se não for votada pela Câmara dos Deputados.

Em pauta na sessão extraordinária da segunda-feira, a MP sofreu obstrução e a votação foi adiada após acordo entre a liderança do governo e a oposição para ampliar negociações com o Ministério das Cidades. Ontem, a governadora eleita do Rio Grande do Norte, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), leu, no plenário do Congresso Nacional, uma carta assinada por 24 governadores atuais e eleitos preocupados com o relatório aprovado pela comissão mista da Casa.

Segundo a carta, a MP pode agravar a desigualdade e a desestruturação do setor. Para Fátima, não houve diálogo por parte do Congresso com os governos estaduais durante a edição ou na análise da proposta. “No Brasil, mais de 80% dos investimentos em saneamento são das empresas estaduais e isso não pode ser desprezado. Não pode ser diminuído. Pelo contrário, precisa ser estimulado com a maior participação do capital privado”, afirmou.

Para a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), a não votação da MP 844 condena 100 milhões de brasileiros a permanecerem sem acesso aos serviços de saneamento básico. “A principal crítica é que a MP objetiva a privatização dos serviços de água, quando mais da metade dos brasileiros não têm sequer os serviços de coleta de esgoto. É alegar que a MP vai piorar um cenário que já está catastrófico”, argumentou o diretor de relações institucionais da entidade, Percy Soares Neto.

Na opinião de Tatiana Santana, vice-presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental do Distrito Federal e integrante do Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama- DF), a população que já não tem acesso será ainda mais cerceada do direito à água e ao esgotamento sanitário. “Será

obrigada a pagar tarifas mais altas. A MP vai ampliar a desigualdade social por conta do fim do subsídio cruzado que mantém a prestação dos serviços de saneamento nos municípios com menor arrecadação”, defendeu.

Modelo

Percy Soares Neto explicou que a medida aumenta a participação privada no setor. “Hoje, já temos empresas privadas que trabalham em conjunto com as estatais. Avançamos muito em água, apesar das perdas de 40%, mas muito pouco em esgoto”, destacou. Conforme ele, o setor privado está presente em 6% dos municípios e investe 20% do total. “Dependendo do modelo regulatório, poderá investir R\$ 20 bilhões por ano”, disse.

O especialista Fabrício Dantas, sócio de Vinhas e Redenschi Advogados, explicou que saneamento exige altos investimentos. “O setor privado não tem como investir sem segurança jurídica e o público não tem dinheiro”, afirmou. De acordo com a Constituição, o serviço cabe aos municípios, mas muitos não têm capacidade de ter companhia própria pela baixa demanda.

Saneamento é um monopólio natural, porque não há necessidade de duas redes de água ou esgoto, assinalou Dantas. “Porém, o Estado não tem capilaridade para levar serviços às regiões que realmente precisam. As empresas ganham dinheiro nos grandes centros, mas não nos municípios pequenos. A MP tenta dar atratividade para o investimento privado suprir a lacuna”, ressaltou.

Segundo o diretor da Abcon, 58% dos municípios onde a iniciativa privada participa têm menos de 20 mil habitantes e 72% têm menos 50 mil habitantes. “Pelo relatório, os municípios que se associarem terão incentivo. O mercado cria alternativas. Ninguém quer perder um contrato. A resistência é corporativa”, criticou. (Colaborou Ingrid Soares)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 14/11/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Prejuízo na Eletrobras

Na lista de privatização do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) justamente pelas dificuldades financeiras que enfrenta, a estatal de energia elétrica Eletrobras apresentou prejuízo líquido de R\$ 1,6 bilhão no terceiro trimestre de 2018, comparado com o lucro líquido de R\$ 550 milhões apurado

em igual período de 2017.

O resultado, de acordo com balanço da companhia, foi impactado principalmente pelas provisões não recorrentes para contingências, que somaram R\$ 2,2 bilhões. Do total do montante, R\$ 1,5 bilhão são relativos a empréstimos compulsórios.

O segmento de distribuição também contribuiu negativamente, registrando prejuízo de R\$ 998 milhões de julho a setembro. Isso porque as distribuidoras Amazonas Energia e Companhia Energética de Alagoas, que estavam na lista de privatização, não foram vendidas ainda. A Amazonas, porque o PL que permitia sua desestatização foi derrubado no Senado. A Ceal, porque liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) impede a venda até que se resolvam pendências com o governo de Alagoas.

Os de geração e de transmissão apresentaram lucro de R\$ 832 milhões e R\$ 103 milhões no período, respectivamente. Há ainda R\$ 2,8 bilhões de passivo a descoberto, referentes à venda das distribuidoras Cepisa, Ceron, Boa Vista Energia e Eletroacre, que poderão ser revertidos no quarto trimestre de 2018. Sob o ponto de vista operacional, a Eletrobras agregou, em 2018, cerca de 222km de linhas de transmissão e 828 megawatts (MW) de capacidade instalada em geração.

No resultado acumulado de nove meses, a empresa apresentou um lucro líquido de R\$ 1,2 bilhão em comparação com R\$ 2,2 bilhões nos nove primeiros meses de 2017. Os segmentos de geração e transmissão apresentaram lucros de R\$ 2,5 bilhões e R\$ 1,6 bilhão, respectivamente, enquanto o segmento de distribuição, prejuízo de R\$ 2 bilhões. **(SK)**

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 14/11/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Petróleo cai e derruba Bolsa

A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) teve um início de semana indigesto, com cenário internacional desfavorável e cautela com governo de transição. Ontem, o preço do petróleo atingiu a mínima em quase um ano, alcançando 12 sessões de queda consecutiva. Já, o Ibovespa, índice que mensura a lucratividade dos negócios no pregão paulista, teve depreciação de 0,71%, aos 84.914 pontos. O dólar encerrou o dia em alta de 1,97%, sendo negociado a R\$ 3,830, o maior

valor de fechamento desde 5 de outubro (R\$ 3,857).

Ontem, o barril do petróleo teve forte desvalorização no mercado internacional, após Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, usar o Twitter para criticar a Arábia Saudita e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), afirmando esperar que ambos continuem a produzir petróleo e que não cortem a oferta para sustentar o mercado. Como consequência, no mercado doméstico, as ações preferenciais da Petrobras caíram 4,3% e as ordinárias, 4,61%, afundando o Ibovespa.

De acordo com Renan Silva, economista da BlueMetrix Ativos, o dia foi marcado pela queda das ações da petroleira. “A Petrobras influenciou o pregão, e o barril do Brent caiu 6,6%. Isso afeta os ativos da estatal, além do mercado sentir a necessidade de ajustar os preços das ações”, analisou.

Para Fernanda Consorte, estrategista de câmbio do Banco Ourinvest, o movimento da divisa foi exagerado. “Foi um dia bem atípico. A ausência de notícias e de indicadores relevantes lança destaque para as nomeações de Bolsonaro. Além disso, a fala dele, ontem, de que não conseguiria aprovar a reforma da Previdência, também foi destaque”, disse. Para Fernanda, a cotação normal da moeda é entre R\$ 3,65 e R\$ 3,75.

De acordo com Pablo Spyer, diretor de operações da Mirae Asset, a divisa estrangeira foi afetada por três fatores nos negócios de terça. “Petróleo, reforma da Previdência e um fluxo de saída de estrangeiros, ontem, na Bolsa, corroboraram para essa alta. Esse valor reflete que a reforma ficará para o ano que vem, em uma possível versão moderada, o que, obviamente, frustra o mercado”, refletiu.

*** Estagiário sob supervisão de Rozane Oliveira**

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 14/11/2018

Seção:

Autor:

Título: Aplicativo para decifrar conta de luz

O consumidor brasileiro finalmente terá meios para entender o emaranhado da conta de luz. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) lançou ontem um aplicativo para celular. A plataforma funcionará como novo canal de acesso

para aproximar os consumidores do órgão regulador, com simplificação do atendimento e mais transparência, sobretudo, em relação a questões, como a composição da tarifa de energia. “O novo canal de acesso, aderente às novas tecnologias, torna o consumidor empoderado. Hoje, são 82 milhões de consumidores no país”, disse o diretor-geral da Aneel, André Pepitone. Para o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, o que Aneel está fazendo é o início de uma ruptura, “mostrando quanto as pessoas pagam pelo bem que consomem. No sistema elétrico, a conta é indecifrável”.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 14/11/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: MP viabiliza privatização

Com o leilão da distribuidora Amazonas Energia marcado para 27 de novembro, **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, disse ontem que o governo vai editar, esta semana, uma medida provisória (MP) para viabilizar a privatização da companhia. A MP também determinará como será o processo de liquidação da empresa, que ocorrerá em 31 de dezembro, caso não seja desestatizada.

“Precisamos tomar medidas contemplando todas as hipóteses. Acredito que o leilão será exitoso. Mas existe a chance de não ser e, neste caso, a empresa vai à liquidação. Isso não depende do governo”, afirmou. “Não podemos permitir a interrupção de um serviço que é essencial. Exatamente para criar condições de evitar isso é que faremos a MP. Estamos dando os últimos retoques”, disse.

Segundo Moreira Franco, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vai participar do processo de escolha de uma empresa que possa gerir a distribuidora ou mesmo fazer um leilão da concessão, no prazo de dois anos, se necessário, para que os serviços sejam mantidos.

“O governo novo, que entra, terá um período para avaliar a situação e escolher a melhor alternativa: fazer outro leilão ou aceitar a liquidação da Amazonas com uma empresa para cumprir as funções de distribuidora”, destacou o ministro.

O diretor-geral da Aneel, André Pepitone da Nóbrega explicou que a agência está preparada para fazer a liquidação da Amazonas e nova concessão, caso o leilão não atraia interessados na companhia, extremamente endividada. **(SK)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/11/2018****Seção: Brasil****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Lista 'apresenta' mulheres da área de energia ao MME**

Em meio às críticas sobre a baixa presença de mulheres na sua equipe, o futuro governo de Jair Bolsonaro (PLS) recebeu uma lista com os nomes de 163 mulheres aptas a integrarem o comando do setor de energia no Brasil.

A lista de nomes resulta da campanha "Sim, elas existem", lançada pela diretora na assessoria especial de assuntos econômicos do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, **Agnes Costa**, e pela consultoria jurídica da pasta, Renata Beckert Isfer, que é advogada da Advocacia-Geral da União (AGU).

A ideia é estimular o aumento da representatividade feminina nos cargos públicos dos setores de energia e mineração, mostrando que existem mulheres competentes e com o perfil necessário para os cargos de comando no país.

"O trabalho mostra como temos mulheres competentes que podem chegar no topo da carreira", disse Luciano de Castro, professor da Universidade de Iowa e integrante da equipe de transição de Bolsonaro, a quem a lista de nomes foi entregue. Castro é o principal assessor da equipe do presidente eleito na área de energia.

Entre as 163 indicadas, há advogadas, políticas, presidentes e diretoras de companhias privadas e estatais, consultoras, especialistas do próprio ministério ou de entidades relacionadas ao governo, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

As indicações incluem nomes como a senadora Ana Amélia, a líder de mercado da Oliver Wyman Ana Carla Abrão Costa, a ex-presidente da Light e atual vice-presidente do conselho da Eletropaulo, Ana Marta Horta Beloso, a secretária-executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, a gerente de assuntos regulatórios da Eneva, Camila Shoti, a superintendente de energia do BNDES, Carla Primavera, a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Élbis Gannoum, a professora da Fundação Getúlio Vargas e ex-diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Joisa Dutra e a ex-presidente do BNDES, Maria Silvia Bastos Marques.

"O projeto está alinhado com o discurso do governo de meritocracia. Estou confiante de que a lista será considerada e que teremos mais mulheres em cargos de liderança no setor elétrico a partir de janeiro", disse Renata ao **Valor**.

A expectativa é que as profissionais sejam consideradas pelo novo governo na composição do MME, nas agências reguladoras e também nas estatais vinculadas à pasta.

A intenção de Renata e Agnes com o projeto era desconstruir o discurso de que a baixa presença de mulheres em cargos de comando se dá pela suposta inexistência de profissionais com as qualificações e experiência adequadas para a função. "Esse discurso é talvez mais ostensivo e público no caso de presidentes de países, recém-empossados, quando o utilizam para justificar a não seleção de mulheres para assumirem suas pastas ministeriais", escreveu Agnes em um artigo na qual lançou o projeto.

Houve apenas uma ministra de Minas e Energia: a ex-presidente Dilma Rousseff, de 2003 a 2005. Neste período, a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis era chefiada por Graça Foster, que posteriormente presidiu a Petrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2018

Seção: Política

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Bolsonaro diminui 'superministério' para infraestrutura

A última versão do desenho ministerial prevê que a pasta abarcará três áreas distintas da infraestrutura: toda a parte logística (hoje alocada no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil); habitação, saneamento e mobilidade urbana (atualmente nas mãos do Ministério das Cidades); e os programas de recursos hídricos, como a transposição do rio São Francisco e diversas obras complementares do sistema (por enquanto na órbita do Ministério da Integração Nacional).

No entanto, a área de telecomunicações deverá ser mantida no Ministério de Ciência e Tecnologia, que ficará com o astronauta Marcos Pontes. Inicialmente, a ideia era que fosse para a superpasta da Infraestrutura. Pontes, portanto, provavelmente terá sob seu guarda-chuva questões como radiodifusão e banda larga. No esboço original, as pastas de Cidades e Integração Nacional seriam congregadas em uma só.

O martelo ainda não foi batido e esse desenho pode sofrer mudanças, mas é o organograma atual na cabeça dos principais auxiliares de Bolsonaro. O principal cotado para o novo ministério continua sendo o general Oswaldo Ferreira, coordenador do chamado "grupo Brasília", composto por militares e acadêmicos que se reuniam no subsolo de um hotel da capital federal, durante a campanha eleitoral - o general Augusto Heleno, anunciado no Gabinete de Segurança Institucional (GSI), também exercia protagonismo no grupo.

Por questões estritamente pessoais, porém, Ferreira ainda não disse "sim" ao convite do presidente eleito. É somente por isso que até agora ele não foi anunciado no primeiro escalão do futuro governo. Na equipe de transição, mantém-se à frente das discussões sobre infraestrutura.

O Ministério de Minas e Energia continuará funcionando de forma independente. A avaliação geral é de que o setor elétrico, bem como a área de petróleo e gás, têm desafios amplos o suficiente para justificar uma pasta própria. Além da reforma do marco regulatório de energia, o ministério terá papel ativo nos preparativos do leilão de excedentes da cessão onerosa, que poderia render até R\$ 100 bilhões e "salvar" praticamente sozinho as contas do próximo ano.

A tendência é oficializar um convite ao ex-secretário-executivo Paulo Pedrosa. Na semana passada, ele fez uma exposição aos auxiliares de Bolsonaro no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), sede dos trabalhos da transição. O vice-presidente eleito, Hamilton Mourão, disse a interlocutores que ficou "impressionado" com a qualificação do ex-secretário e passou a defendê-lo como ministro. O futuro homem forte da economia, Paulo Guedes, avalizaria a indicação.

Por ora, o núcleo de infraestrutura de Bolsonaro tem recebido os ministros atuais de cada área para receber um diagnóstico de conjuntura. Depois, partirá para uma rodada de conversas com autarquias e empresas estatais. O roteiro de oitivas termina com associações empresariais. A ideia é mapear problemas setoriais e definir medidas para as primeiras semanas do novo governo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2018

Seção: Política

Autor: Rafael Rosas | Do Rio

Título: Mourão aponta BR Distribuidora como candidata à privatização

Com ações lançadas na bolsa há pouco menos de um ano, a BR Distribuidora poderá passar por mais uma grande mudança no governo de Jair Bolsonaro. Ontem, em videoconferência durante evento do Bradesco para investidores em Nova York, o vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão, afirmou que a companhia poderá ser uma das estatais privatizadas durante o próximo governo federal. A palestra do general, que estava em Brasília, durou 26 minutos e foi feita em inglês.

"Sobre a BR Distribuidora, o Bolsonaro acha que pode ser privatizada também", respondeu Mourão, sem entrar em detalhes, ao ser perguntado sobre possíveis vendas de estatais.

O general lembrou que o Brasil tem cerca de 150 estatais - são 149 empresas sob controle da União - e disse que "cerca de 140 podem ser vendidas". Mourão elogiou o acordo entre Embraer e Boeing, que segundo ele, abrirá um bom espaço para o Brasil no mercado de aviação e admitiu que ainda não há uma definição sobre o futuro da Caixa Econômica Federal. "Ainda estamos trabalhando nisso", disse.

Privatizações passam normalmente pelo Congresso, onde os interesses de deputados e senadores muitas vezes divergem da visão da Presidência da República. Talvez por isso, os investidores tenham questionado Mourão algumas vezes sobre a relação do novo governo com a Câmara e Senado. O vice-presidente eleito afirmou que o objetivo é uma "relação republicana, sem pressões, mas com prioridades, programas, ideias", disse, acrescentando que as conversas vão se intensificar a partir de fevereiro, quando os novos líderes da Câmara e do Senado forem escolhidos.

"E vamos lidar com isso de uma nova maneira, será um novo tipo de governo, posso garantir a todos vocês. Bolsonaro conhece o Congresso, sabe como trabalhar lá. E a nossa relação será amigável, mas muito assertiva. Vocês verão um novo tipo de governo no Brasil", acrescentou.

Mourão lembrou que a eleição de outubro provocou grande mudança na composição do Congresso, principalmente na Câmara, e frisou que será difícil aprovar pautas de interesse do futuro governo ainda este ano, apesar das tentativas. Segundo ele, as três prioridades do governo eleito nos primeiros 100 dias deverão ser a reforma da Previdência, a reforma tributária e medidas ligadas à segurança.

"O ajuste fiscal é prioridade para nós. E a reforma da Previdência é um dos principais alvos, dos principais objetivos, das principais prioridades que temos", ressaltou o general, acrescentando que "no máximo no fim de junho podemos atingir" a reforma da Previdência.

Sobre a reforma tributária, disse que 37% do Produto Interno Bruto (PIB) são impostos, o que considerou "um fardo muito grande para todos no Brasil", para em seguida citar os três principais pontos relativos à segurança pública: redução da maioria penal, administração do sistema penitenciário e investimentos no setor.

"Trabalharemos no sistema penitenciário; na legislação, porque nossa legislação é muito leve hoje", disse. Para ele, a escolha do juiz Sergio Moro, responsável pela Operação Lava-Jato na primeira instância, para o Ministério da Justiça e Segurança Pública serve como uma indicação de que o futuro governo vai "lutar duro contra a criminalidade em todo o Brasil".

Sobre as vagas ainda abertas nos ministérios e estatais, reafirmou o mantra da meritocracia e frisou que não haverá influência política nas escolhas. "E muitas das pessoas que trabalham hoje, como encontrei na sexta-feira com o Ivan Monteiro, da Petrobras, essas pessoas podem [vir a] ficar nos seus lugares. O que quero garantir para vocês é que não haverá influência política na seleção de CEOs e vamos procurar por esses homens ou mulheres que realmente saibam o que estão fazendo", disse.

De acordo com ele, a expectativa é que até o fim deste mês os principais nomes estejam escolhidos. "Bolsonaro está pensando muito cuidadosamente. Tem que ser cuidadoso quando escolhe os ministros e os CEOs de diferentes empresas. Acho que até o fim de novembro teremos todas as pessoas escolhidas", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2018

Seção: Internacional

Autor: Christopher Alessi | Dow Jones Newswires, de Abu Dhabi

Título: AIE prevê forte alta na oferta de petróleo e gás dos EUA

A crescente produção de xisto nos EUA deverá permitir ao país superar os outros grandes produtores mundiais de petróleo e gás e poderá responder por cerca de metade do crescimento da produção global de petróleo e gás natural até 2025. A previsão é da Agência Internacional de Energia (AIE).

A maior oferta americana e a revisão de demanda global estão reduzindo o preço do petróleo. Ontem o Brent, referência internacional, caiu 6,6% e fechou a US\$ 65,47 por barril. Já o tipo WTI recuou 7,1%, para US\$ 55,69 por barril.

Em seu relatório anual "World Energy Outlook", a AIE diz que sua principal projeção para 2040 indica que os EUA responderão por quase 75% e 40% do

crescimento da produção mundial de petróleo e gás, respectivamente, nos próximos seis anos. Isso será puxado principalmente pela exploração de xisto pela técnica do fraturamento hidráulico ("fracking"), que deverá mais do que dobrar a oferta de petróleo de xisto pelos EUA, chegando aos 9,2 milhões de barris por dia até a metade de 2020.

"A revolução do xisto continua afetando a oferta de petróleo e gás, permitindo aos EUA destacarem-se como maior produtor mundial", disse a AIE, sediada em Paris e que orienta governos e empresas sobre tendências no setor de energia. "Até 2025, quase um quinto do petróleo e um quarto do gás consumidos no mundo virão dos EUA."

O uso do "fracking" na exploração do xisto reconfigurou dramaticamente o setor de petróleo na última década e permitiu aos EUA rivalizar com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) na disputa por fatia de mercado. O xisto explica em boa parte a abundância de petróleo americano que inundou o mercado há quatro anos, levando o preço a cair para US\$ 30 o barril, ante mais de US\$ 100 no fim de 2014.

A produção de petróleo de xisto dos EUA deverá atingir um platô na metade da década de 2020, segundo afirma a AIE em seu estudo, caindo em 1,5 milhão de barris/dia na década de 2030, devido a restrições de recursos. O relatório diz que, após 2025, "o bastão será gradualmente passado de volta para a Opep no atendimento do crescimento contínuo, embora lento, da demanda mundial por petróleo".

A Energy Information Administration, dos EUA, disse neste mês que a produção total de petróleo americana cresceu para 11,3 milhões de barris/dia. Isso coloca os EUA no mesmo nível da Rússia, que superou a Arábia Saudita para se tornar o maior produtor de petróleo do ano passado.

A própria previsão de longo prazo da Opep para o cenário global, divulgada em setembro, disse que a produção de petróleo de xisto dos EUA atingirá o pico até o fim da década de 2020, desencadeando uma demanda renovada pelo petróleo do cartel, depois de uma esperada queda e estagnação.

A AIE afirmou que seu principal cenário prevê que a demanda mundial por petróleo vai crescer em média 1 milhão de barris/dia até 2025, depois do que crescerá cerca de 250 mil barris/dia ao ano. Mas a agência disse que não espera um pico da demanda mundial antes de 2040. O crescimento da demanda até 2025 deverá ser puxado pela China e, do fim da década de 2020 até 2040, pela Índia e o Oriente Médio, segundo a agência.

A AIE prevê que o uso de petróleo como combustível para automóveis atingirá um pico na metade da década de 2020 - devido aos melhores padrões de eficiência dos combustíveis e a ascensão dos veículos elétricos - com a demanda então sendo puxada por petroquímicos e combustíveis para caminhões, aviões e navios.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Ferreira quer ficar na Eletrobras para fazer privatização

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, afirmou ontem ter interesse em permanecer no cargo, caso seja convidado pelo governo Bolsonaro e que seja mantido o plano de privatização da elétrica. Segundo ele, até o momento, não houve a formalização de um convite pela equipe de governo de Bolsonaro. O executivo, no entanto, ressaltou que o relacionamento com a equipe de transição de Bolsonaro tem sido positivo.

"Do ponto de vista pessoal, sabem que viemos fazer o processo de reestruturação da companhia. Estamos avançando nele. Os próximos dois meses serão importantes. Havendo interesse [pelo governo Bolsonaro] em continuar o trabalho de processo de capitalização [da Eletrobras para a privatização da empresa], evidentemente este que vos fala tem interesse em continuar o trabalho", disse Ferreira, em teleconferência com analistas e investidores sobre o resultado da empresa no terceiro trimestre.

Ferreira acrescentou que tem conversado com frequência com Luciano de Castro, representante da equipe de transição na área de energia, para lhe passar informações sobre a companhia. "Com o Luciano de Castro estamos mantendo um produtivo relacionamento", afirmou. "Ele fala comigo com grande frequência. Tenho mantido ele informado."

A estratégia de Ferreira com relação à Eletrobras está alinhada com o viés liberal do novo governo que está se formando. Esse é um fator que pode influenciar positivamente para a permanência do executivo no cargo. Outro ponto favorável é a eventual indicação do **ex-secretário executivo do Ministério de Minas e Energia (MME) Paulo Pedrosa** para o comando da pasta. Liberal e com visão de mercado, Pedrosa trabalhou nos últimos dois anos no plano de privatização da Eletrobras, cujo projeto de lei está na Câmara.

Um fator de risco é uma possível decisão de Bolsonaro de não privatizar a companhia elétrica. Durante a campanha eleitoral, o então candidato havia afirmado que não pretendia privatizar o "miolo da Eletrobras". Até o momento, Bolsonaro não deu uma declaração oficial sobre a privatização da holding elétrica.

Ferreira também disse ontem entender que a definição sobre a presidência das estatais ligadas ao MME deverá ocorrer apenas após a indicação do nome de quem comandará a pasta.

Na teleconferência, o executivo lamentou o que chamou de resultado "ruim" do terceiro trimestre, quando a companhia obteve prejuízo de R\$ 1,62 bilhão, ante lucro de R\$ 537 milhões obtido um ano antes, motivado, principalmente, por efeitos não recorrentes.

'Este que vos fala tem interesse em continuar o trabalho', afirmou o presidente da estatal, sobre ficar no cargo

"Passamos um trimestre difícil e ruim, mas semeamos e começamos a colher parte dos grandes trabalhos", disse Ferreira, lembrando de avanços que a companhia teve, como a readequação da tarifa da usina nuclear de Angra 3. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) recentemente aprovou a nova tarifa da usina, de R\$ 480 por megawatt-hora (MWh), e o prazo para conclusão da usina em janeiro de 2026.

A Eletrobras pretende concluir o edital para a concorrência para a escolha de um sócio para a retomada das obras de Angra 3 no primeiro semestre do próximo ano. "Há tempo suficiente para fazer tudo", completou Ferreira, acrescentando que a decisão do CNPE permitirá a reversão, parcial ou total, do "impairment" de R\$ 11,3 bilhões relativo à usina nuclear.

A Eletrobras também espera assinar a transferência de Eletroacre (AC) e Boa Vista Energia (RR), privatizadas em leilão no fim de agosto, até 5 de dezembro. Já foram concluídas as vendas de Cepisa (PI) e Ceron (RO). Com a conclusão da transferência do controle das quatro distribuidoras, a companhia poderá reverter em seu balanço um total de R\$ 2,9 bilhões de passivo a descoberta dessas empresas hoje.

Caso a venda da Ceal (AL) e da Amazonas Distribuidora seja feita ainda neste ano, o montante a ser revertido subirá a R\$ 8,6 bilhões.

Com relação à segunda fase do Plano de Demissão Consensual (PDC), o executivo contou que a adesão tem sido mais baixa que o esperado pela administração da companhia. Até agora o programa teve adesão de cerca de 200 funcionários, ante a meta de 2.281 adesões. O prazo para adesão termina

esta semana. "Espero que a adesão aumente, estamos aí na última semana", disse ele.

Sobre investimentos, a companhia deve encerrar 2018 com valor próximo a R\$ 4 bilhões, montante inferior ao orçado para o ano, de R\$ 6,208 bilhões. Até setembro, a estatal acumula investimentos de R\$ 2,8 bilhões.

A Eletrobras fechou o trimestre com alavancagem, medida pela dívida líquida/Ebtida, de 3,3 vezes. A meta da companhia é alcançar a marca de 3 vezes até o fim do ano.

Ferreira disse que espera apresentar, no quarto trimestre, uma "estratégia definitiva" para enfrentar o tema dos empréstimos compulsórios. No terceiro trimestre, a estatal fez provisão, de R\$ 1,5 bilhão, referente à reavaliação dos riscos relacionados ao tema.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rafael Bitencourt | De São Paulo e Brasília

Título: MP viabiliza operação da Amazonas Distribuidora caso venda fracasse

O Ministério de Minas e Energia (MME) deve publicar hoje uma Medida Provisória (MP) com o objetivo de viabilizar a operação da Amazonas Distribuidora a partir de janeiro, quando, ao menos em tese, a Eletrobras iria liquidar as operações da companhia. O **Valor** teve acesso a duas minutas de MPs que tratam do assunto das distribuidoras da Eletrobras.

Uma das MPs delega à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a responsabilidade pela contratação de um prestador emergencial do serviço de distribuição de energia elétrica para substituir a Eletrobras, responsável pela operação da Amazonas Distribuidora desde julho de 2016, quando a estatal decidiu não renovar a concessão da distribuidora. O procedimento para a contratação do prestador será iniciado a partir da data de entrada em vigor da MP.

Ontem, em reunião da Aneel, o diretor-geral da agência, André Pepitone, disse que a ideia é dar o "conforto legal" necessário para que a Aneel possa agir em caso de liquidação da distribuidora. O plano preferencial do governo, contudo, ainda é licitar, com sucesso, a distribuidora de energia do Amazonas no dia 27 de novembro.

Pelo texto ao qual o **Valor** teve acesso, o critério de seleção será a menor proposta econômica, que considerará o maior deságio com relação aos empréstimos com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) e da tarifa fio do sistema. Os empréstimos com recursos da RGR serão calculados como a receita necessária para cobrir a diferença entre perdas de energia reais e perdas regulatórias.

As despesas financeiras derivadas de passivos anteriores a 1º de janeiro de 2019 - antes da entrega da distribuidora pela Eletrobras - não serão considerados para fins de apuração da neutralidade econômica e financeira da concessão. Ao mesmo tempo em que a Aneel vai contratar a prestação de serviço emergencial, deve iniciar o processo de licitação da concessão de distribuição de energia elétrica.

A outra minuta de MP diz que as distribuidoras da Eletrobras ainda não privatizadas farão jus ao recebimento de até R\$ 3 bilhões da RGR para pagamento de valores não reembolsados apurados entre julho de 2017 e a data de transferência do controle acionário, "por força das exigências de eficiência econômica e energética." A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) será responsável pela operacionalização do pagamento. Em caso de insuficiência de recursos da RGR, os pagamentos devem ser feito pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Além disso, a minuta também recupera alterações legais previstas no projeto de lei do Senado (PLS) 77, rejeitado pelos senadores mês passado, e na Medida Provisória (MP) 814, que caducou em junho. Os textos tinham a finalidade de garantir a viabilidade da operação da Amazonas Energia, e traziam questões como aporte de R\$ 3,5 bilhões pelo Tesouro, usado para garantir parte da dívida com a Petrobras. Essas questões devem estar presentes na nova MP, na última tentativa de tornar a distribuidora amazonense atrativa para ser privatizada ainda neste ano.

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, comentou ontem a MP, explicando que ela vai valer para o caso de insucesso do leilão de venda da Amazonas Distribuidora. "Precisamos tomar todas as medidas contemplando todas as hipóteses. Eu tenho dito, e muitos companheiros do ministério acreditam, que o leilão será exitoso, mas existe a hipótese de não ser", disse o ministro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/11/2018****Seção: Empresas****Autor: Fabio Graner | De Brasília****Título: BNDES libera R\$ 5,2 bi para obras do linhão da usina de Belo Monte**

A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 5,2 bilhões à Xingu Rio Transmissora de Energia. Os recursos irão para obras que visam reforçar o escoamento de parte da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Belo Monte, que adicionará capacidade instalada de aproximadamente 11.233 MW ao sistema elétrico brasileiro.

O montante autorizado representa 61% do total de R\$ 8,5 bilhões a ser investido. O financiamento direto do BNDES será na modalidade Project Finance, com custo atrelado à Taxa de Longo Prazo (TLP).

Está prevista a emissão de debêntures de infraestrutura (instrumento que tem sido fortemente utilizado neste ano, em especial pelo setor de energia, que representa cerca de 85% dos projetos que captaram neste ano com o incentivo fiscal) ou financiamento de longo prazo complementar com outra instituição financeira.

A nova linha de transmissão atravessará 79 municípios nos Estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O banco entende que o projeto tem importância estratégica para o país por ser um dos dois polos de escoamento da energia a ser gerada por Belo Monte.

A expectativa, segundo disse o diretor de Governos e Infraestrutura do BNDES, Marcos Ferrari, é que a implantação do projeto crie 8 mil empregos diretos e 24 mil indiretos durante a fase de implantação. "Estamos garantindo investimentos e contribuindo para a segurança do sistema elétrico brasileiro", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/11/2018****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: QGEP conta com Atlanta para compensar queda em Manati**

A Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP) pretende compensar a queda prevista da produção de gás natural no campo de Manati, na Bacia de Camamu-

Almada, em 2019, pelo aumento da produção no campo de Atlanta, na Bacia de Santos, iniciada neste ano. A petroleira conta ainda com aumento de participação em Atlanta, devido à diluição da fatia da Dommo (ex-OGX) no ativo, causada pela inadimplência no cumprimento de compromissos do contrato de concessão.

Principal gerador de caixa para a QGEP, Manati tem produção prevista de 4,3 milhões de metros cúbicos diários em 2019. O volume é inferior aos 5,2 milhões de metros cúbicos diários observados no terceiro trimestre deste ano. "Esta queda, na verdade, reflete o esgotamento natural do campo, que já entra em seu 13º ano de produção em 2019. A boa notícia é que, mesmo com o declínio previsto, esperamos ser capazes de manter margens operacionais elevadas na produção do campo de Manati", afirmou ontem o diretor-presidente da QGEP, Lincoln Guardado, em teleconferência com analistas sobre o resultado da companhia no terceiro trimestre.

A empresa apurou lucro líquido de R\$ 55,6 milhões no período, com queda de 8% ante o obtido de julho a setembro de 2017.

Guardado explicou que Manati "continuará sendo importante gerador de caixa para a companhia", mas destacou que Atlanta também terá relevância para o resultado da empresa. A expectativa é que Atlanta tenha três poços de produção no segundo semestre do próximo ano, podendo alcançar entre 25 mil e 27 mil barris de óleo equivalente por dia (boe/dia) no terceiro trimestre de 2019.

Em paralelo, a empresa aguarda a efetivação da decisão do tribunal arbitral de Londres que determinou a diluição da participação de 40% da Dommo em Atlanta para os demais sócios: QGEP e Barra Energia, ambas com 30%. "A expectativa é que nossa participação suba a 50% assim que as medidas nos órgãos competentes no Brasil sejam implementadas", disse Guardado.

Em 2019, a QGEP prevê investir US\$ 70 milhões, dos quais US\$ 38 milhões para o sistema definitivo de produção de Atlanta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: CPFL vê com otimismo nomes anunciados para novo governo

O "humor" dos investidores melhorou depois do resultado das eleições, mas ainda é cedo para dizer se haverá, de fato, uma retomada de planos de produção e investimentos que se transforme em recuperação no consumo de energia a partir de 2019, disse André Dorf, presidente da CPFL Energia, em entrevista ao **Valor**.

"Para que tenhamos uma previsão robusta de recuperação no consumo de energia temos que esperar o time inteiro ser nomeado", disse Dorf, se referindo à equipe do presidente Jair Bolsonaro (PSL) na área econômica e de infraestrutura e energia.

Para o executivo, as primeiras notícias sobre a composição dos cargos do primeiro escalão do governo de Bolsonaro foram "animadoras". "Moro, Levy, o próprio Paulo Guedes foram boas indicações", disse Dorf, se referindo ao juiz Sergio Moro, futuro ministro da Justiça; Joaquim Levy, convidado para presidir o BNDES; e Guedes, futuro ministro da Economia de Bolsonaro.

"Os que aparecem como candidatos para os demais ministérios também são nomes bons. Paulo Pedrosa e Luciano de Castro, principais nomes em energia, seriam ótimas indicações também", afirmou Dorf. **Pedrosa, ex-secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia**, é cotado para assumir o comando da pasta. Castro, que é professor da Universidade de Iowa, é o principal assessor de Bolsonaro na área de energia e deve ocupar algum cargo na equipe do novo presidente.

Outro ponto positivo do novo governo, segundo Dorf, é a decisão de manter o Ministério de Minas e Energia como uma pasta separada. "Foi uma decisão positiva também, dada a escala e os desafios dos setores de petróleo, mineração e energia elétrica", disse.

A recuperação do consumo de energia foi um dos motivos da alta de 67% no lucro líquido da CPFL Energia no terceiro trimestre do ano, para R\$ 553,7 milhões. A energia total distribuída subiu 2% no trimestre, para 16.249 gigawatts-hora (GWh). No mercado cativo, na qual grande parte das distribuidoras tem registrado perdas sucessivas, a CPFL teve leve aumento de 0,3%, para 10.808 GWh.

Além do aumento do consumo, a CPFL Energia registrou queda no nível de perdas totais, que saíram de 9,26% no terceiro trimestre de 2017 para 8,87%, ainda acima da meta regulatória, de 8,24%. Houve queda também nos indicadores que medem a interrupção do fornecimento de energia no caso de quase todas as concessionárias do grupo. "Estamos investindo e fazendo melhorias na gestão. A qualidade do serviço está melhorando", disse Dorf.

Além dos investimentos na melhoria da qualidade dos serviços de distribuição, a CPFL Energia tem três projetos de geração renovável em construção por meio da CPFL Renováveis, no total de 127,2 MW. A pequena central hidrelétrica (PCH) Boa Vista, de 29,9 MW, deve ficar pronta ainda neste ano, antes do prazo contratual que vence em 2020. Outros dois projetos são para 2024.

A CPFL Energia também avalia participar do leilão de transmissão marcado para 20 de dezembro, com 16 lotes em 13 Estados

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Aneel dá aval a edital de leilão de transmissão

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem o edital do leilão de transmissão destinado à contratação de novas linhas e subestações de transmissão de energia, marcado para o dia 20 de dezembro, às 9 horas, na sede da B3, em São Paulo. Os vencedores do certame deverão construir, operar e dar manutenção aos projetos ofertados ao longo do prazo de concessão.

O edital prevê 16 lotes com projetos em 13 Estados (AP, AM, BA, ES, MG, PA, PR, RJ, RS, RO, SC, SP e TO). Os projetos totalizam 7.152 quilômetros e 14.829 Megavolt-ampère (MVA) de capacidade. Os estudos apontam para o volume total de investimento de R\$ 13,2 bilhões e geração de 28.671 empregos diretos.

Na disputa, vence a empresa ou consórcio que apresentar lance com a menor receita anual permitida (RAP), em relação ao valor estabelecido no edital para cada lote. A chamada "RAP Máxima" dos projetos totaliza R\$ 2,139 bilhões.

O leilão inclui lotes não arrematados em editais anteriores ou projetos retomados pela agência por terem a concessão extinta por descumprimento de cláusulas contratuais. Este é caso dos lotes para reforço e expansão de Porto Alegre e sua região metropolitana.

Os projetos contam com prazo para entrada em operação de até 60 meses. O maior lote atenderá Santa Catarina, com investimento de R\$ 2,791 bilhões e geração de 5,5 mil empregos diretos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/11/2018****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes | De São Paulo****Título: Braskem vai fechar este ano investindo abaixo do previsto**

Os investimentos da Braskem em 2018 devem ficar abaixo do orçamento inicial, de R\$ 2,87 bilhões. De janeiro a setembro, os desembolsos estavam em R\$ 1,9 bilhão e, tradicionalmente, o quarto trimestre é o mais forte em desembolsos. Ainda assim, o valor previsto originalmente não deve ser alcançado, de acordo com o vice-presidente de finanças e relações com investidores da petroquímica, Pedro Freitas.

No ano, o principal gasto operacional no Brasil foi com a parada programada da central petroquímica em Triunfo (RS). Em projetos estratégicos, o maior dispêndio é o projeto de polipropileno dos Estados Unidos, onde a petroquímica está investindo US\$ 675 milhões em fábrica com capacidade de produção de 450 mil toneladas por ano, a maior das Américas. A engenharia do projeto já foi concluída, assim como 25% da construção civil.

"Não devemos chegar a cumprir todo o orçamento para o ano. Mas o último trimestre tipicamente é o mais forte, então devemos chegar perto da previsão para o ano", acrescentou Freitas. Questionado sobre a forte geração de caixa da Braskem e a possibilidade de pagamento de dividendos, o executivo disse que seria natural o pagamento de proventos em um cenário que combina caixa e ausência de projetos de investimento de grande porte, mas não há decisão tomada.

Uma discussão sobre esse assunto deve ocorrer "mais adiante", à medida que a Braskem tenha definido seu orçamento do próximo ano - a política de dividendos da companhia estabelece um horizonte de observação de dois anos à frente, com alavancagem financeira que não deve superar o teto de 2,5 vezes a dívida líquida sobre o Ebitda.

Neste momento, a Odebrecht, controladora da petroquímica, negocia a venda de suas ações para a holandesa LyondellBasell e, na percepção do presidente da petroquímica, o procedimento de "due diligence" parece estar perto de se encerrar diante do volume de informações que já foram prestadas. "Mas, como diz o jurídico, due diligence só acaba quando o contrato é assinado", ponderou o executivo.

Conforme Musa, a participação da gestão da Braskem nas negociações tem sido exclusivamente de apoio ao processo de auditoria. "É uma transação bastante complexa, que envolve duas geografias que a LyondellBasell não conhece, o Brasil e o México, com suas idiossincrasias e transição de governo", observou. "E tem a participação da Petrobras como fornecedora e acionista. Imagino que a LyondellBasell esteja conversando com a Petrobras sobre isso", acrescentou.

No México, há diálogo da Braskem Idesa com a Pemex para melhorar o suprimento de etano à sua planta petroquímica

Questionado sobre potenciais sinergias na combinação das duas companhias, o executivo disse que, se fosse ele, na Braskem, a comprar a LyondellBasell, olharia oportunidades na gestão de portfólio de produtos, otimização de ativos e fluxo de resinas nos diferentes mercados, como a petroquímica brasileira fez após a aquisição de operações nos Estados Unidos e na Europa.

"Há as sinergias óbvias, de simplificação na liderança. Há algumas oportunidades na gestão logística e de matéria-prima. Por último, tem o conjunto de sinergias decorrente da combinação das capacitações das duas empresas", acrescentou.

A LyondellBasell e a Petrobras já negociam os novos termos de contratos de fornecimento de matérias-primas, incluindo a nafta, principal insumo da petroquímica brasileira, mas a Braskem não participa dessas conversas. Conforme Musa, sem considerar o resultado das tratativas entre o controlador e a Basell, um novo contrato de fornecimento de nafta com a Petrobras começaria a ser discutido em algum momento de 2019.

O acordo em vigor vence em dezembro de 2020 e já ultrapassou a metade do prazo de duração. "A renovação é algo que acontece ao longo de 2019 e hoje não é prioridade para nós. Essa é uma discussão para algum momento do ano que vem", disse.

No México, acrescentou, a Braskem Idesa não pretende procurar a Pemex para renegociar o contrato de fornecimento de etano, mas tem tido conversas sobre iniciativas que podem ser tomadas para reduzir os problemas na entrega de etano pela companhia mexicana. "O contrato é bem estruturado e temos tido um diálogo com a Pemex com relação às ações para melhorar a taxa de operação. Enquanto se desenvolvendo uma solução de importação mais estrutural, cria-se a opção de nós mesmos importarmos diretamente. Não vamos procurar a Pemex para renegociar", afirmou.

O executivo lembrou que o novo governo mexicano toma posse em 1º de dezembro e tem declarado que está reavaliando todos os contratos firmados

nos últimos anos no país. "Se nos procurarem para discussão, nosso foco será que o contrato é válido, tem lógica econômica que faz sentido", disse. Neste trimestre, segundo Musa, a situação já está um pouco melhor, mas ainda com volatilidade no fornecimento de etano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

GE venderá participação

A GE planeja vender até 20% de sua participação majoritária na companhia de serviços petrolíferos Baker Hughes, podendo receber cerca de US\$ 4 bilhões com a operação. A companhia venderá até 101 milhões de ações em uma oferta secundária no mercado e a Baker Hughes concordou em recomprar cerca de 65 milhões dos papéis de sua controladora. Com base no fechamento da ação da Baker na segunda-feira (US\$ 23,64), a venda poderia gerar cerca de US\$ 4 bilhões para a GE. A companhia não pode vender sua participação na Baker Hughes até julho de 2019 como parte do acordo de fusão das operações de petróleo que fez com a companhia.

Minério tem leve queda

Os preços do minério de ferro deram sequência à queda de segunda-feira. De acordo com a "Metal Bulletin", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao recuou US\$ 0,32 ou 0,4%, para US\$ 75,73 a tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2018

Seção: Finanças

Autor: José de Castro e André Mizutani | De São Paulo

Título: Tombo do petróleo pressiona NY

Além de persistentes receios sobre a guerra comercial entre EUA e China, a escalada das incertezas políticas na Europa e os temores de desaceleração mais forte da economia mundial, investidores definitivamente terão de incluir agora o petróleo na já extensa lista de preocupações. E não é para menos. Apenas

ontem, os contratos negociados em Nova York caíram mais de 7%, no maior tombo em mais de três anos. A onda de vendas atingiu em cheio Wall Street, com o setor de energia liderando as perdas no pregão. No fim, os índices não sustentaram as altas do começo do dia e fecharam em baixa.

O S&P 500 caiu 0,15%, aos 2.722,18 pontos. O Dow Jones recuou 0,40%, para 25.286,49 pontos. O Nasdaq Composto ficou estável, aos 7.200,87 pontos. Mais cedo, os índices haviam chegado a subir 1,04%, 0,49% e 1,64%, respectivamente.

Dentre os 11 índices setoriais do S&P, o de energia, de longe, foi o de pior desempenho, com baixa de mais de 2%. Antes um dos maiores destaques positivos do mercado, os papéis do segmento de energia já ocupam a vice-liderança de quedas no acumulado do ano, com desvalorização de mais de 7%. O setor de materiais básicos ainda lidera as perdas.

O movimento desperta discussões sobre se é um indicativo de enfraquecimento da economia mundial nos próximos meses, já que, em ciclos econômicos de alta, commodities como o petróleo costumam ver seus preços subirem.

Apenas ontem, o contrato de petróleo WTI com vencimento em dezembro fechou em queda de 7,07%, a US\$ 55,69 o barril. Na mínima, o WTI bateu US\$ 55,62, menor patamar desde 20 de novembro de 2017. Desde os picos em quatro anos (US\$ 76,41), alcançados em outubro, o contrato já acumula depreciação de 27,12%. Em Londres, o Brent para janeiro caiu 6,63%, a US\$ 65,47 o barril. Na mínima, desceu a US\$ 65,00, menor patamar intradia desde 16 de março. O Brent recua cerca de 25% desde as máximas de outubro.

A derrocada dos preços representa uma rápida e intensa reversão ante o começo deste ano, quando a expectativa de que os EUA voltassem a impor sanções contra o Irã levou os preços a uma forte alta. Esse cenário positivo para a commodity sofreu uma repentina virada no mês passado, quando as preocupações sobre a menor demanda global, aumento de produção de países como Arábia Saudita, Rússia e Estados Unidos e sanções contra o Irã consideradas mais brandas empurraram o petróleo para o "bear market" - queda de pelo menos 20% de um ativo em relação a seus picos recentes.

Na segunda, Donald Trump, via Twitter, escreveu: "Com sorte, Arábia Saudita e Opep não vão reduzir a produção de petróleo. Os preços do petróleo deveriam estar muito mais baixos, com base na oferta!".

"O mercado [de petróleo] está ficando fora de controle", disse à "Dow Jones" Eugene McGillian, vice-presidente de pesquisa de mercado da Tradition Energy. "É realmente uma continuação do que já temos visto nas últimas sessões e,

acima de tudo, a incerteza sobre o tuíte do presidente Trump em relação aos produtores."

Mas, segundo Matt Smith, diretor de pesquisa de commodities no ClipperData, outros fatores têm pesado sobre o petróleo. "Você tem também um dólar em fortalecimento, que pressiona os preços do petróleo, em meio a um cenário geral ruim para commodities e de queda nos mercados de ações", afirma. "É uma cachoeira de motivos para vendas."

Hoje, os investidores vão ter sua confiança na economia mundial novamente testada, com a divulgação do PIB da zona do euro, depois de mais cedo a China já ter reportado uma série de importantes indicadores econômicos. Nos EUA, destaque para a inflação ao consumidor e também para o discurso, à noite, do presidente do Federal Reserve (Fed, BC americano), Jerome Powell. O mercado discute se a queda do petróleo pode baixar as leituras de inflação e se isso terá impactos sobre os próximos passos do Fed na política monetária. **(Com agências internacionais)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2018

Seção: Finanças

Autor: Mark Hulbert | Dow Jones Newswires

Título: Correlação entre preços do óleo e das ações varia

Os preços do petróleo WTI desabaram de mais de US\$ 76 o barril no começo do mês de outubro para a casa dos US\$ 55 no pregão de terça-feira, um declínio superior a 26%. E tanto os "bulls" (otimistas) quanto os "bears" (pessimistas) devem ficar atentos ao significado dessa forte desvalorização para o mercado de ações.

De um lado, o presidente americano, Donald Trump, comemora a derrocada do óleo, depois de em setembro ter reclamado que os preços estavam altos demais no mercado internacional. Por outro, muitos analistas estão expressando preocupação de que os preços mais baixos refletem a queda de demanda que antecede um declínio econômico. Essa preocupação ganha especial atenção depois do tombo de 600 pontos do índice acionário Dow Jones, registrado no pregão anterior.

Nenhuma dessas visões mais simplistas é amparada por dados históricos. Uma análise mais de perto dos dados mostra que às vezes um barril de petróleo mais valorizado é bom para as ações. E às vezes não o é.

Preços mais elevados para o petróleo costumam estar ligados a uma valorização das ações no mês seguinte.

E de fato, parece ter havido uma mudança importante nas correlações entre os mercados de petróleo e de ações nos últimos 15 anos. Até então, a alta da commodity era associada a uma queda do S&P 500 no mês seguinte - e vice-versa.

Desde então, porém, o contrário ocorre, com a correlação virando para positiva. Ou seja, preços do petróleo mais altos, ações mais valorizadas.

Mas tanto a correlação negativa do passado quanto a positiva dos últimos anos são significativas com um nível de confiança de 95% - patamar utilizado por estatísticos para determinar se um padrão é genuíno.

Em outras palavras, esses dois padrões consolidados pelos números indicam que a estatística, sozinha, se mostra limitada para explicar o que está ocorrendo com o petróleo.

O mais irônico é que, no passado, a correlação negativa foi estudada em um importante jornal acadêmico: "Striking Oil: Another Puzzle" (Descobrendo petróleo: outro quebra-cabeça, em tradução livre), publicado em 2008 no "Journal of Financial Economics". Não apenas a correlação negativa acabou nesse período como ela reverteu para positiva.

Por e-mail, o professor Ben Jacobsen, um dos autores do estudo citado, especulou que a reversão foi causada pelo trauma da crise financeira global de 2008/2009. Talvez o estresse pós-traumático tenha levado os investidores a "reagir negativamente a qualquer coisa causada, seja por notícias positivas ou negativas", escreveu Jacobsen.

O professor acrescentou duvidar que esse desaparecimento da correlação negativa durará para sempre, uma vez que, pelos dados históricos, a correlação negativa é muito mais duradoura do que a positiva.

No fim, os "bulls" e os "bears" devem olhar em volta para entender o que está reservado para o mercado de ações.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/11/2018****Seção: Finanças****Autor: Juliana Machado e Victor Aguiar | De São Paulo****Título: Petrobras arrasta Ibovespa de volta aos 84 mil pontos**

As baixas do petróleo no exterior pressionaram as ações da Petrobras, que, por sua vez, arrastaram o Ibovespa de volta à faixa dos 84 mil pontos. Com a piora no ambiente lá fora, a ansiedade do mercado em relação às reformas fiscais cresce bastante - e, agora, o ano de 2019 precisa começar com essa pauta encaminhada para garantir a valorização da bolsa.

O avanço das reformas tem um potencial grande de "destravar" novamente a bolsa rumo a novas máximas, sobretudo se confirmado o compromisso do governo com a agenda pró-mercado desenhada até aqui. Uma das provas disso é o movimento da BR Distribuidora: ontem, em dia de petróleo em queda, a ON da empresa subiu 5,49%, depois de circular no mercado informações sobre uma possível privatização da companhia, que é controlada pela Petrobras. Os comentários sobre a eventual privatização foram feitos pelo vice-presidente \$ eleito, general Hamilton Mourão.

Por enquanto, o exterior tem sido um vetor de pressão na bolsa. O Ibovespa caiu 0,71%, aos 84.914 pontos, depois de tocar a mínima nos 84.071 pontos. O índice já tem perdas de 5,6% em relação às máximas históricas atingidas na semana passada. Já o giro financeiro voltou a demonstrar força ao atingir R\$ 11 bilhões, o que comprova que o exterior forneceu o argumento que o investidor precisava para reduzir novamente a exposição aos ativos.

As ações da Petrobras foram o grande destaque do pregão - só que negativo. A ON da estatal cedeu 4,61%, maior queda do dia, enquanto a PN perdeu 4,30%. Os dois papéis juntos movimentaram mais de R\$ 3 bilhões na bolsa. O movimento ficou em linha com as quedas de 7% dos contratos do petróleo WTI e do Brent.

Apesar do movimento, analistas dão ênfase à força que a Petrobras - e o próprio mercado - ainda demonstra, com a expectativa de uma gestão independente e alinhada à governança corporativa no próximo governo. Desde os picos atingidos em outubro, o petróleo cai mais de 20%, enquanto a Petrobras ON sobe 10,2%; já Petrobras PN avança 15%. No ano, os papéis sobem mais de 50%.

A queda do Ibovespa expõe a fragilidade do Brasil ao exterior, mas não anula a perspectiva positiva do mercado, afirmam Julia Gottlieb, economista do Itaú

Unibanco, e Luiz Cherman, estrategista de renda variável para o Brasil, do Itaú BBA.

Ao **Valor**, Cherman diz que o ajuste da bolsa é condizente com a piora na leitura de risco que domina os mercados lá fora. No entanto, o Ibovespa havia avançado muito rapidamente e as quedas "não assustam e também não anulam" tudo que a bolsa ainda pode andar.

"Se lá fora ficar razoavelmente como está, a história local vai se sobrepor ao ambiente no exterior. Ninguém estava em bolsa 'comprando' a reforma [da Previdência] para este ano, não era um cenário provável. A expectativa reside sobre o ano que vem, e ela ainda predomina", diz ele.

Há perspectivas firmes de recuperação da economia e, principalmente, das empresas, dada a base fraca da qual elas ainda estão partindo. Além disso, para o curto prazo, uma das principais medidas de risco - o Credit Default Swap (CDS) - ainda está comportado, perto dos 205 pontos, patamar em que deve encerrar o ano.

"Com as reformas, mesmo em um cenário ruim lá fora, os ativos brasileiros tendem a seguir uma boa performance", afirma Julia. "Ainda que um papel como Petrobras esteja caindo, toda a história da estatal é muito positiva. Se fosse para acompanhar o petróleo, por exemplo, teria que recuar bem mais", completa Cherman.

Entre as quedas de ontem, a ação TIM ON perdeu 4,55%, em meio à demissão de Amos Genish, diretor-presidente da Telecom Italia, controladora da empresa brasileira. Já na ponta positiva, destaque para companhias com receita em dólar, caso de Suzano ON (6,17%) e Vale ON (2,59%).

MME / ASCOM .